

Artigos teóricos

Cultura de Paz: contribuições para a educação para a paz a partir da perspectiva da Psicologia Cultural

Culture of Peace: contributions to peace education from a Cultural Psychology perspective

Miriam Lúcia Herrera Masotti Dusi^{1*} , Angela Uchoa Branco²

¹Universidade de Brasília (UnB), Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasília, DF, Brasil

²Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília, DF, Brasil

COMO CITAR: DUSI, M.L.H.M.; BRANCO, A.U. Cultura de Paz: contribuições para a educação para a paz a partir da perspectiva da Psicologia Cultural. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 20, e20291, 2025. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v20i00.2029102>

Resumo

O conceito de cultura permeia diferentes perspectivas teóricas. Sob a ótica da Psicologia Cultural, a cultura assume uma perspectiva central e dinâmica, coconstruída pela agencialidade humana por meio dos processos ativos de internalização e externalização cultural, promotores de desenvolvimento. Esta abordagem teórica permite uma ampliação conceitual de Cultura de Paz para além das definições em documentos oficiais, abrangendo três grandes dimensões do desenvolvimento: interpessoal – referente às relações, interações e processos de comunicação; intrapessoal – processos subjetivos de formação de opiniões, valores, hábitos e atitudes; e socioambiental – que contempla a coconstrução de ecossistemas sociais e naturais coordenados à paz. O presente artigo articula a Psicologia Cultural aos Estudos e Pesquisas para a Paz e à Educação para a Paz, expandindo a necessidade da análise das especificações da construção da paz. Esperamos promover uma compreensão mais profunda da Educação para a Paz e das complexidades envolvidas na coconstrução atual de Culturas de Paz.

Palavras-chave: cultura; cultura de paz; desenvolvimento humano; psicologia cultural; educação para a paz.

Abstract

The concept of culture permeates different theoretical perspectives. From the viewpoint of Cultural Psychology, culture assumes a central and dynamic role, together with human agency, as subjects and culture co-construct each other through active processes of cultural internalization and externalization. This theoretical approach enable a conceptual expansion of the 'Culture of Peace' beyond the definitions outlined in official documents, favoring an understanding that encompasses three major developmental dimensions: interpersonal – referring to relationships, interactions, and communication processes; intrapersonal – related to the subjective processes of forming beliefs, values, habits, and attitudes; and socio-environmental – encompassing the co-construction of social and natural ecosystems aligned with peace. This article articulates the contributions of Cultural Psychology to the Studies and Research for Peace and Peace Education, expanding the necessary analysis of the phenomena of peace construction. We hope to foster a deeper understanding of Peace Education and the complexities involved in co-constructing actual Cultures of Peace.

Keywords: culture; culture of peace; human development; cultural psychology; peace education.

INTRODUÇÃO

O que entendemos por Cultura de Paz? Que concepção de cultura aborda os múltiplos fatores e dimensões inerentes à paz? Que concepção de paz sustenta o dinamismo da construção cultural? Como tais concepções podem contribuir para a Educação para a Paz? Essas e outras questões serão analisadas no presente artigo, que visa promover reflexões e articulações teóricas acerca da Cultura de Paz, dos diversos aspectos que a constituem e da dinâmica de sua coconstrução à luz da Psicologia Cultural de orientação semiótica (Valsiner, 2021). Tal abordagem teórica destaca o relevante papel desempenhado pelos processos de construção de significado no desenvolvimento humano e, conseqüentemente, no desenvolvimento cultural.

*Autor correspondente:

miriam.dusi@gmail.com

Submetido: Maio 29, 2025

Revisado: Setembro 09, 2025

Aprovado: Setembro 09, 2025

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflitos de interesse: nada a declarar.

Aprovação do comitê de ética: não se aplica.

Disponibilidade de dados: não se aplica.

Trabalho realizado na Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A relevância de se expandir a compreensão conceitual e teórica acerca das dimensões e abrangências que compõem a Cultura de Paz tem sido enfatizada por diálogos inter, multi e transdisciplinares, de modo a transcender interpretações restritas a seus componentes e a favorecer o estudo do fenômeno a partir de um amplo espectro de possibilidades para sua efetiva coconstrução.

A partir dos Estudos e Pesquisas para a Paz, a comunidade científica tem gradualmente expandido seu repertório teórico-prático acerca da construção da paz em diferentes campos do conhecimento. Especialmente em razão das complexidades e diversidades dos contextos socioculturais, pesquisadores e teóricos são convidados a aprofundar e construir pontes conceituais e conhecimentos que interconectem saberes a partir de diferentes prismas epistemológicos. A tal caleidoscópio de epistemologias, conceitos e teorias, somam-se as contribuições da Psicologia a partir de uma perspectiva crítica, desenvolvimentista e cultural, que enfatiza o papel essencial desempenhado pela cultura e pela agencialidade humana na construção da paz. Diferentemente da abordagem individualista tradicional da psicologia, a Psicologia Cultural surge como um conjunto de teorias que destaca o papel da cultura e dos processos afetivo-semióticos dos indivíduos na constituição dos fenômenos humanos em geral, em termos de desenvolvimento individual e sociocultural.

Para tanto, apresentamos, a seguir, uma breve contextualização sobre estudos e pesquisas voltados à promoção da Paz, seguida dos fundamentos da Psicologia Cultural e de relevantes elaborações teóricas que podem contribuir para a Educação e para os estudos voltados à promoção – ou desenvolvimento – de sociedades orientadas à coconstrução de Culturas de Paz. Destacamos o plural – culturas – visto sua construção depender de características plurais de cada cultura, não se devendo esperar apenas uma cultura semelhante e universal, mas, sim, culturas diversas que podem compartilhar processos universais favoráveis a práticas pacíficas e à coexistência.

CULTURA DE PAZ: ESTUDO E PESQUISA

O conceito de Paz é amplo e de variada significação, convidando-nos a uma análise conceitual crítica e contextualizada. Da perspectiva intrassubjetiva aos tratados internacionais, o conceito de paz abrange dimensões interpessoais, intrapessoais e socioambientais que, interligadas, impactam a construção de caminhos que nos aproximam ou nos afastam de princípios pacíficos de convivência. O alcance do constructo “paz” não se limita à ausência de violência, mas à presença ativa de práticas, valores, atitudes, relações e estruturas sociais que priorizam o desenvolvimento humano, os direitos humanos e a dignidade.

Das concepções subjetivas e etéreas às concepções concretas e vivenciais, a linha histórica permite investigar e analisar as múltiplas visões e saberes relacionados à construção de uma Cultura de Paz, envolvendo a promoção do desenvolvimento humano e a construção de um mundo pautado em princípios de justiça, respeito, solidariedade, equidade, sustentabilidade, dentre outros elementos que a integram.

Galtung (1930-2024) destaca-se entre os autores mais influentes sobre o tema, sendo o principal fundador da disciplina de estudos de paz e conflito, e fundador do Instituto de Pesquisa para a Paz na Noruega (Oslo, 1959). Atualmente, os Estudos e Pesquisas para a Paz constituem um campo científico legítimo que envolve diversas áreas do conhecimento em diferentes países, cujos esforços e conhecimentos convergem para a consolidação da Cultura de Paz em suas micro e macro abrangências (Ferreira et al., 2019; Maschietto; Ferreira, 2024).

Jares (2002), renomado pesquisador sobre o tema, enfatiza que “educar para a paz não é uma novidade histórica nem uma necessidade associada a um determinado momento histórico” (p. 87), alertando quanto à abrangência e relevância da temática desde a antiguidade como objetivo da humanidade. Das ideias socráticas à Declaração Internacional dos Direitos Humanos das Nações Unidas e às pesquisas contemporâneas sobre paz, ampliam-se (quantitativamente) e aprofundam-se (qualitativamente) relevantes concepções sobre a temática, de modo a impactar na promoção de práticas pacíficas em diferentes campos de conhecimento e de ação social.

Investigar e compreender os fatores que constituem as Culturas de Violência, ainda tão evidenciadas nos contextos sociais contemporâneos, tem se mostrado relevante para a

ampliação das concepções inspiradoras de Culturas de Paz. Entretanto, faz-se necessário reconhecer que a promoção da paz transcende ações de prevenção ou enfrentamento da violência, visto que requer estudos e pesquisas sobre as tipologias, componentes, dimensões e abrangências que compõem o complexo e fértil campo de conhecimentos balizadores do desenvolvimento humano e da coconstrução pacífica das relações humanas.

Salles Filho (2019) destaca, igualmente, que a Cultura de Paz não representa apenas “um rótulo dos organismos internacionais, tampouco uma grife de políticas públicas ou projetos sociais” (p. 44), visto constituir um entendimento denso e complexo que articula diferentes saberes e reorganiza novas formas de viver e conviver do ser humano. Tal ação, contudo, apresenta significativos desafios conceituais e estruturais que podem prejudicar uma ação articulada mais ampla e efetiva, sendo necessário reorientar o sentido de campos de estudo fragmentados e fortalecer “uma postura colaborativa, cooperativa e transdisciplinar, somando as ‘certezas’ das especificidades com as ‘incertezas’ de tantas situações críticas de nosso tempo, que afetam a vida em todas as suas formas” (id., p. 382). Por essa razão, o autor enfatiza que avanços apenas serão possíveis a partir do real intercâmbio entre as áreas de conhecimento de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, de modo a dialogar com o cotidiano dos seres humanos.

No âmbito da Psicologia, a Psicologia Cultural tem contribuído com a temática ao investigar a ontogênese dos valores e da ética em nível de desenvolvimento individual e de coconstrução cultural, das motivações sociais e das concepções imersas nos processos de formação de crenças e valores, coadunados — ou não — a práticas pacíficas de convivência humana (Branco, 2023; Valsiner, 2012).

Identifica-se, assim, a necessidade de fomentar diálogos profícuos entre a ciência psicológica e outros campos pela via da transdisciplinaridade, favorecendo uma visão integrada e sistêmica das relações sujeito-contexto (ambiental, institucional, interpessoal), a partir de uma abordagem dialógica que enfatiza a agencialidade da pessoa na coconstrução da cultura em que está imersa. A seguir, discutimos questões conceituais relevantes para o tema deste artigo.

CULTURA DE PAZ: QUESTÕES CONCEITUAIS

A Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz da Organização das Nações Unidas (1999), em seu artigo 1, apresenta a Cultura de Paz como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não violência por meio da educação; no diálogo e na cooperação; no pleno respeito e promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; na resolução pacífica de conflitos; nos esforços para proteger o meio ambiente para as gerações presentes e futuras; no respeito e na promoção do direito ao desenvolvimento; na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e compreensão em todos os níveis da sociedade e entre as nações; dentre outros elementos que promovem uma atmosfera nacional e internacional propícia à paz.

A Cultura de Paz pode, igualmente, ser pensada como uma filosofia de vida, como forma de mediação de conflitos e como uma estratégia política de transformação da realidade, caracterizada pela busca coletiva de um modo de vida e de relações que contribuam para a construção de um mundo marcado pela justiça, pela solidariedade e pela paz (Callado, 2004).

Segundo Salles Filho (2019), “uma cultura de paz não é só ponto de chegada, é ponto de partida” (p. 20), necessitando ser entendida como um conjunto de práticas humanas e sociais pautadas na construção conjunta de valores humanos positivos — que fomentam os direitos humanos —, práticas caracterizadas por processos de mediação de conflitos, sustentabilidade ambiental e estímulo à cidadania planetária, pautadas na solidariedade, na generosidade e no respeito às diferenças.

Galtung (1989, 1996), em seus estudos e pesquisas, elaborou os conceitos de paz e violência como sendo paz/violência direta, estrutural e cultural. Segundo ele, a Cultura de Paz abrangia o movimento transformador de um cenário de violência direta (episódios de agressão, privação, depredação) em paz direta (ações e interações pacíficas); de violência estrutural (pobreza, desigualdade social, injustiça) em paz estrutural (políticas públicas e ações voltadas à paz, justiça social, educação); e de contextos da chamada violência cultural (preconceitos,

discriminações) em contextos de paz inclusivos (práticas inclusivas, respeito à diversidade, crenças e valores pacíficos).

Trata-se, portanto, de um movimento de mudança, uma mobilização ativa de coconstrução cultural que, como destaca Milani (2003), só se torna viável na medida em que os indivíduos avançam de um estado de *quietude* (na acepção de silêncio e paralisia) para o de *inquietação* (no sentido de preocupação, movimentação e mobilização), assumindo seu papel na História.

Faz-se possível identificar diferentes conceituações e abrangências a partir das singularidades contextuais e abordagens epistemológicas adotadas. Além das contribuições de Johan Galtung (1989, 1996), o universo conceitual abrange as dimensões ecológicas pessoal, social e ambiental/planetária de Weil (1993); as dimensões pessoal, relacional, estrutural e cultural de Lederach (1997, 2011, 2012); a paz imperfeita e processual de Muñoz (2001); a ampliação espectral da dimensão intrapessoal à internacional de Balestreri (2003); e a transição paradigmática do combate à violência *versus* promoção da paz de Milani (2000, 2003, 2004). Destacam-se, também, as contribuições históricas e educacionais de Jares (2002, 2007, 2008); a paz multicultural e as tradições da Educação para a Paz de Guimarães (2003, 2011); a perspectiva de paz social, paz gaia/ecológica e paz interna de Jimenez Bautista (2022), entre outras perspectivas que, em suas especificidades, objetivam a ampliação de caminhos e a construção de estratégias promotoras de vivências e convivências pacíficas.

Reconhecendo as contribuições relevantes de diferentes teóricos, apresentamos, a seguir, as concepções de *cultura* e *desenvolvimento humano* a partir das lentes epistemológicas da Psicologia Cultural, cujos enfoques subsidiarão a compreensão da Cultura de Paz.

CULTURA E DESENVOLVIMENTO HUMANO À LUZ DA PSICOLOGIA CULTURAL

A definição de *cultura* e as diversas abordagens epistemológicas empregadas pelas ciências humanas evoluíram ao longo do tempo. Historicamente, antropologia, psicologia, sociologia, filosofia, biologia, linguística e outras disciplinas tenderam a separar o corpo da mente, sustentando uma visão cartesiana e dicotômica entre biológico *versus* social, sujeito *versus* cultura. Especialmente a partir das últimas décadas do século XX, pode-se observar a busca científica por uma compreensão mais dialógica e integrada da constituição do ser humano, reconhecendo o papel constitutivo e estruturante das interações socioculturais.

Valsiner (2014) destaca tal aspecto ao enfatizar a cultura como um processo, e não como uma entidade, sugerindo evitar a compreensão de que “pertencemos” a uma cultura (passivamente) para compreender que “participamos” de uma cultura (ativamente), com base nas relações e experiências construídas entre o sujeito e o mundo. Nesse sentido, a cultura não é “transmitida”, mas continuamente “coconstruída” pelas pessoas entre si; não é aprendida, mas, sim, internalizada e externalizada ativamente pela agencialidade dos sujeitos.

Nessa perspectiva, aspectos subjetivos individuais e aspectos antropológicos coletivos não se configuram como blocos estáticos, cristalizados e historicamente datados, visto mesclarem-se e reconfigurarem-se dinamicamente a partir de relações dialógicas, constituindo um sistema aberto, ativo e transformador. Para além de ser um *locus* na dimensão espaço-temporal, a cultura constitui um processo dinâmico de experiência e produção de significados, catalisado pelo encontro do indivíduo com o mundo. Dessa forma, sob a perspectiva histórico-cultural, os sujeitos são coconstituídos na cultura, reconhecendo sua historicidade.

A cultura, portanto, consiste em um conjunto dinâmico de conhecimentos, crenças, valores, práticas, artefatos, hábitos e estilos de vida construídos por meio da experiência humana em níveis coletivos e individuais, com base em relações intersubjetivas estabelecidas consigo mesmo e com o ambiente, integrando elementos individuais, sociais e naturais. Em outras palavras, *a cultura representa o contexto amplo e dinâmico em que a experiência humana ocorre, o campo onde o desenvolvimento se constitui, onde o novo emerge e onde coconstruímos nossa humanidade e singularidade*. Reconhecendo o que nos torna humanos e únicos em nossa diversidade cultural, compomos um imenso mosaico baseado em diferentes valores e vivências, identificando na cultura um caleidoscópio dinâmico de experiências intersubjetivas em processos contínuos de (re)significação.

Conforme esquematicamente visualizado na Figura 1, os processos bidirecionais ativos de internalização e externalização favorecem possíveis transformações nos “campos afetivo-semióticos” hipergeneralizados da pessoa, constituídos por meio de relacionamentos sociais com outros significativos e de experiências ativas do sujeito com as mensagens culturais do ambiente. Tais campos resultam de processos de internalização ao longo da ontogenia, que gradualmente dão origem às instâncias motivacionais centrais do indivíduo, conhecidas como valores e preconceitos, que orientam as percepções, os pensamentos e as ações do sujeito nas interações sociais.

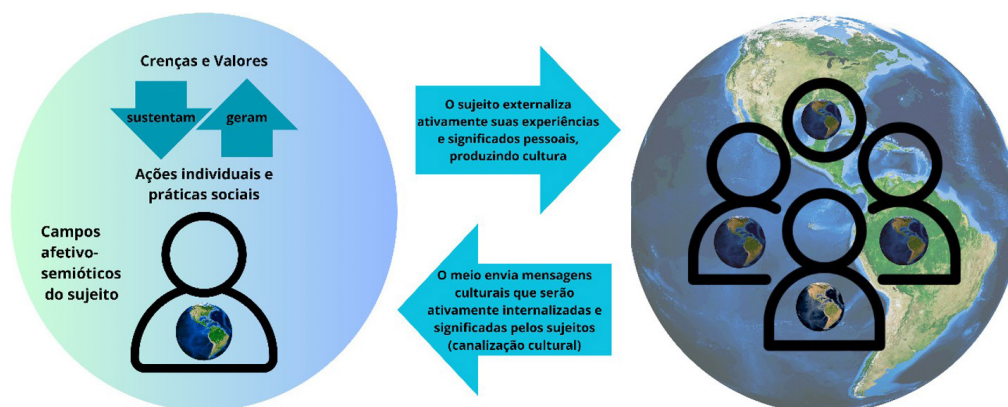


Figura 1. Processos ativos de internalização e externalização na coconstrução bidirecional da cultura.
Nota. Elaboração gráfica das autoras.

Entende-se, portanto, que crenças, valores e preconceitos produzem práticas que sustentam a cultura, gerando crenças, valores e preconceitos correspondentes. Essa dinâmica de desenvolvimento pode dar origem a transformações significativas nas práticas e valores culturais, promovendo mudanças na qualidade das interações e relacionamentos entre as pessoas. A internalização de valores de paz, por exemplo, pode ocorrer se a pessoa em desenvolvimento vivenciar encontros significativos com outros sociais que enaltecem e praticam interações pacíficas. Tais experiências podem ativar a internalização de valores e ações pacíficas que, posteriormente, podem ser externalizados como práticas efetivas de construção da paz. Em outras palavras, um contexto violento pode se transformar gradualmente à medida que novas práticas e reflexões acerca de crenças e valores são introduzidas e cultivadas nas instituições, nas ações educacionais e nas interações cotidianas entre as pessoas. A introdução de tais mudanças pode, portanto, transformar pessoas, famílias, grupos sociais e nações de maneira sistêmica e interconectada, compondo um ecossistema que, assim como as pessoas, está em contínuo desenvolvimento.

Nessa perspectiva, processos educacionais inspirados em valores pacíficos podem canalizar mensagens culturais que são ativamente internalizadas pelos indivíduos, impactando a formação de crenças e valores que sustentam práticas condizentes com tais princípios. Por sua vez, a externalização ativa do sujeito, por meio de atitudes, (meta)comunicações, interações e relacionamentos, produz cultura, impactando micro, meso e macro contextos. A educação assume, assim, um papel essencial na potencialização do desenvolvimento humano e na coconstrução cultural da paz, em nível microgenético (no momento presente), em nível ontogenético (ao longo da vida) e em nível sociogenético (ou social).

ABORDAGEM DA PSICOLOGIA CULTURAL PARA A CULTURA DE PAZ

Apresentados os conceitos gerais sobre a Cultura de Paz e a Psicologia Cultural, objetivamos analisar o tema sob tal perspectiva teórica, transcendendo interpretações reduzidas que tendem a gerar concepções dicotômicas.

Sob a perspectiva da Psicologia Cultural, o *sujeito* é concebido como um ser ativo, agente de seu desenvolvimento e coconstrutor da cultura da qual participa. A *cultura*, vista como um

processo coconstruído na relação com os sujeitos, assume um caráter dinâmico e criativo permeado por significados, valores, crenças e motivações sociais que dão origem a artefatos e práticas. A bidirecionalidade da construção cultural envolve processos de internalização ativa de mensagens culturais (em nível intrasubjetivo) e processos simultâneos de externalização ativa (em nível intersubjetivo). Tais processos produzem motivações que são expressas de maneiras variadas, ao longo de um *continuum* que varia da cooperação à competição, da inclusão à exclusão, das interações e relacionamentos pacíficos aos violentos, resultando em estruturas sociais como instituições, projetos arquitetônicos e outras manifestações que transmitem mensagens culturais ao longo do tempo histórico.

Por meio das lentes interpretativas da Psicologia Cultural, podemos estudar a interconexão dinâmica e sistêmica entre as perspectivas de construção da paz que interagem nos níveis micro, meso e macro, sugerindo caminhos para a promoção ativa de uma Cultura de Paz.

Para aprofundar nossa compreensão, abordaremos os seguintes aspectos: (1) a cultura de paz como processo de desenvolvimento de coconstrução multidimensional; (2) a agencialidade do sujeito mediante a coconstrução cultural da paz; (3) a questão da motivação social, da convivência e dos valores para a paz; (4) a transculturalidade e a coconstrução cultural; e (5) a promoção da Educação para a Cultura de Paz.

Cultura de Paz como processo de desenvolvimento de coconstrução multidimensional

Processos de desenvolvimento humano e cultura geram sistemas dinâmicos mutuamente constitutivos, promotores de mudanças contínuas que perpassam estabilidades e transformações em permanente tensionamento. Nesse sentido, como podemos provocar transformações que conduzam a uma Cultura de Paz? Compreendendo a Cultura de Paz como o conjunto de ações e práticas promotoras de desenvolvimento humano, individual e coletivo, e a *violência* como tudo o que impede ou dificulta este desenvolvimento (Galtung, 1989), faz-se relevante analisar os processos intra e intersubjetivos envolvidos na coconstrução da paz.

Concebendo cultura como fenômeno processual, podemos compreender a 'Cultura de Paz' como um *conjunto interconectado e dinâmico de coconstruções interpessoais, intrapessoais e socioambientais promotoras do desenvolvimento e consonantes com os princípios de respeito, ética, cidadania, justiça, solidariedade, sustentabilidade, dentre outros que fundamentam valores, atitudes, relações e estruturas sociais que primam pela vida, pela dignidade humana, pela convivência pacífica e pela vida planetária.*

A dimensão interpessoal - Reconhecendo o mosaico sincrônico e interconectado de dimensões que integram as relações intersubjetivas entre as pessoas e entre estas e o meio ambiente, compreendemos que a cultura de paz requer a coconstrução de contextos interativos e comunicativos pacíficos. As interações humanas devem ser baseadas no respeito e na valorização das singularidades e diversidades que coexistem em diferentes contextos sociais. Tal enfoque implica ressignificar contextos e relações pautados por preconceitos, discriminações e outras formas visíveis e invisíveis de violência.

A dimensão intrapessoal - A produção cultural da paz envolve um processo dinâmico e subjetivo de coconstrução de crenças, valores, atitudes, hábitos e ações em nível pessoal, consonantes a uma Cultura de Paz. Tal dimensão abrange processos psicológicos individuais no âmbito do autodesenvolvimento.

A dimensão socioambiental refere-se ao processo criativo de coconstrução de concepções e ações coadunadas à vivência, criação e preservação de ecossistemas naturais e de bem-estar social, em consonância com os componentes e princípios pacíficos de convivência saudável, primando por sua sustentabilidade e fortalecendo a consciência de pertencimento e corresponsabilidade cidadã. Tal dimensão pode se manifestar na contínua construção de políticas e práticas éticas e democráticas, bem como na arquitetura inclusiva, na organização institucional, na preservação da natureza, nas práticas de sustentabilidade, em documentos/normas/regras, em rotinas convencionadas, dentre outras expressões.

As três dimensões supra referidas atuam em constante interconexão dinâmica. Em nível intrapessoal, o desenvolvimento de valores e o desenvolvimento de habilidades e atitudes éticas que valorizam as singularidades pessoais e coletivas interagem em nível interpessoal, promovendo interações e comunicações inspiradas no respeito mútuo, na empatia e na solidariedade. Ambas

as dimensões interagem em nível socioambiental, promovendo a construção de ambientes inclusivos que visam garantir a vida e a coexistência baseadas nos princípios de justiça e equidade, abrangendo os aspectos social, físico, arquitetônico, jurídico, dentre outros. A interconexão inerente das três dimensões produz experiências e práticas que contribuem para uma orientação permanente em direção à coconstrução dinâmica de uma Cultura de Paz (Figura 2).

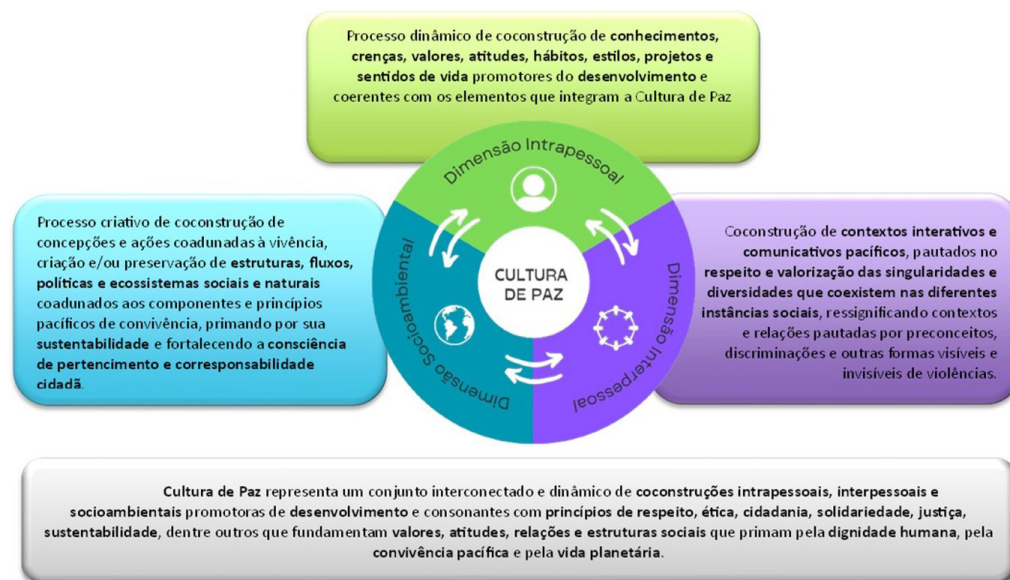


Figura 2. Dimensões interpessoal, intrapessoal e socioambiental da paz.

Nota: Elaboração gráfica das autoras.

Conforme visto anteriormente, valores pacíficos canalizados por relações e mensagens culturais passam a impactar a leitura e o significado de contextos, situações, histórias e decisões, redefinindo práticas e promovendo o desenvolvimento. Os processos de internalização ativa de mensagens sociais e de externalização ativa de experiências de pró-sociabilidade e cooperação, consonantes com os princípios da paz, repercutem nos campos micro, meso e macro relacionais.

Reconhecendo a educação como espaço privilegiado de coconstrução cultural, tal interconexão dinâmica pode ser observada a partir das interações, relações e comunicações estabelecidas nas diferentes dimensões apresentadas. A título de exemplificação, ações pacíficas voltadas ao respeito à diversidade no contexto escolar podem abranger, em âmbito interpessoal, a promoção de interações e comunicações inspiradas no respeito mútuo, na empatia e na solidariedade, por meio atividades cooperativas propostas por professores empáticos; em âmbito intrapessoal, tais interações pró-sociais podem levar ao desenvolvimento de valores, habilidades éticas e atitudes que respeitem as singularidades pessoais e coletivas; e, em âmbito socioambiental, a construção de ambientes inclusivos favorece a convivência pautada em princípios de justiça e equidade, abrangendo o cuidado e o respeito à vida planetária. A interconexão implícita das três dimensões produz experiências e práticas que contribuem para a coconstrução dinâmica e processual da Cultura de Paz.

A agencialidade do sujeito na coconstrução cultural da paz

Considerando a irreversibilidade do tempo e a orientação para objetivos que caracteriza o desenvolvimento humano (Valsiner, 2021), a história é coconstruída como um campo de possibilidades, e não de determinismos, favorecendo processos de mudança baseados nas ações protagonistas do sujeito. O potencial transformador do sujeito pode operar sobre realidades situadas nos níveis micro, meso e macro, perpassando o indivíduo, a família, a comunidade, a sociedade e outros contextos globais.

A Psicologia Cultural enfatiza a natureza não determinista da canalização cultural, afirmando o potencial de resistência do sujeito (Chaudhary et al., 2017). Nesse sentido, a imersão em cenários de violência direta, estrutural e ideológica não determina, necessariamente, que o sujeito se tornará violento, visto que este pode ressignificar e reorientar ativamente seus

objetivos e trajetória de vida em outras direções. Vale ressaltar que tais redirecionamentos podem ser especialmente facilitados por encontros com novas pessoas e/ou referências culturais, em novos contextos, baseados em experiências e práticas inspiradas pela não violência e pró-sociabilidade. A título de exemplo, um adolescente criado em um contexto violento pode redirecionar sua trajetória ao se identificar com um professor motivado que lhe oportunize novas experiências inspiradas em princípios pacíficos de convivência, engajando-o em atividades criativas e cooperativas, e apoiando-o na resolução pacífica de conflitos.

Nesse sentido, a imersão em cenários culturais de violência não determina, necessariamente, sua repetição em ciclos de experiências violentas, visto que os indivíduos podem, com base em sua agencialidade, intencionalidade e criticidade, participar ativamente da coconstrução de uma cultura de paz. São as ações agenciadas por sujeitos singulares, em espaços e tempos singulares, que promovem transformações culturais significativas, levando a novas reconfigurações sistêmicas do self e de suas relações com os outros e com o mundo. Tais ações favorecem à Cultura de Paz sair do campo etéreo do ideal distante para o campo concreto da realidade presente.

Paz e desenvolvimento ético-moral: um processo de mútua construção

Ética e moral referem-se à dignidade e ao valor da existência humana. Compreendendo *a ética* como a dimensão coletiva, social e política das relações humanas, e *a moral* como a dimensão subjetiva do indivíduo (Freitag, 1997), percebemos que a ética (social) e a moral (subjetiva) fazem parte do mesmo fenômeno psicológico referente à qualidade das relações humanas e das práticas socioculturais.

A moralidade (pessoal) e a ética (coletiva) orientam a conduta individual e constituem-se dinâmica e mutuamente ao longo das experiências e relações interpessoais (Branco, 2023). Pode-se dizer, dessa forma, que a ética do grupo se baseia na *cultura coletiva* (significados, regras e normas compartilhados pelo grupo), ao passo que a moralidade do sujeito se constitui com base em sua *cultura pessoal*. Nesse sentido, a cultura e a agencialidade pessoal promovem o desenvolvimento ético-moral do ser humano (Branco; Freire; González, 2012).

Sob a perspectiva da Psicologia Cultural, Branco (2023) argumenta que a investigação dos fenômenos morais e éticos deve considerar a forma como os seres humanos internalizam valores e regras de conduta moral, e como estes são transformados em padrões concretos de interação e relacionamento em suas relações interpessoais, visto que estes se constituem conforme a definição de certo ou errado em cada contexto, considerando suas convenções e regras de convivência social. Nesse sentido, para a Psicologia Cultural, crenças e valores são marcados por cada cultura; contudo, segundo Branco (2023), alguns princípios ético-morais podem ser generalizados pelo fato de possibilitarem a existência das próprias sociedades, que dependem da instituição de normas e regras fundamentais que favoreçam uma organização social sustentável e produtiva, a despeito de múltipla e diversa.

Motivação social, coexistência e valores para a paz

A coconstrução da paz envolve a dinâmica entre a *cultura coletiva* e a *cultura pessoal* do indivíduo, levando-nos a analisar motivações sociais e tendências comportamentais que decorrem de crenças e valores coconstruídos nas interações sociais.

Mensagens culturais podem apresentar sugestões implícitas (indiretas) ou explícitas (diretas) que estão, ou não, em consonância com os princípios pacíficos de convivência. Por essa razão, processos de canalização cultural derivados dessas mensagens podem orientar preferências, interpretações, motivações e valores sociais alinhados à inclusão, à solidariedade e à Cultura de Paz, ou à discriminação, ao preconceito e à opressão, dentre outros elementos que integram uma cultura de violência.

Branco, Manzini e Palmieri (2012) diferenciam três tipos básicos de motivações sociais: (1) cooperação: contexto interativo em que as ações dos participantes favorecem a obtenção do objetivo de todos; (2) competição: busca de objetivos mutuamente excludentes; e (3) individualismo: marcado por tendências egoístas, corporativistas e egocêntricas, com disposições hostis e competitivas. As autoras alertam (e questionam) que “em última instância, o individualismo adquire o status de princípio ético e de regra moral” (p. 99), enfatizando

a cooperação como fundamental à disposição motivacional que resultará em condutas compatíveis com o respeito, a justiça, a solidariedade, a responsabilidade e a democracia.

Assim como as lógicas culturais de competição e individualismo operam em oposição à construção de uma Cultura de Paz, preconceitos e práticas discriminatórias nascem de estereótipos de bases históricas, socioculturais e ideológicas, consolidando rígidas fronteiras emocionais e sociais reprodutoras de desigualdades que impactam a vida coletiva (Madureira; Branco, 2012). Por essa razão, valores e interações pró-sociais — como generosidade, empatia, simpatia e cooperação — devem ser especialmente incentivados nas relações formais e informais dos contextos educacionais.

Tais elementos podem ser alcançados de múltiplas maneiras, por meio da transformação das práticas pedagógicas e culturais, adotando-se um paradigma dialógico nas interações professor-aluno e promovendo atividades novas, criativas e cooperativas para fomentar a prossociabilidade e o respeito mútuo no contexto escolar, de forma a aprendermos a conviver *a partir* da diversidade, e não *apesar* dela. De igual modo, tais ações devem ser vivenciadas no contexto familiar, cujos exemplos parentais na resolução pacífica de conflitos assumem relevante impacto no desenvolvimento humano. Nesse sentido, valores e direitos humanos constituem caminhos essenciais para garantir e promover uma vida melhor para todos, considerando a convivência multidimensional e as fontes motivacionais que se expressam nas esferas interpessoal, intrapessoal e socioambiental, estimulando ações pacíficas promotoras de desenvolvimento.

Transculturalidade e coconstrução cultural

A transculturalidade implica interações de respeito, compreensão e comunicação entre diferentes culturas, não correspondendo à simples convivência de culturas distintas (multiculturalidade). Sua ação implica respeito, integração e efetivo intercâmbio entre diversas identidades sociais e coproduções culturais, preservando suas singularidades.

Processos transculturais colaborativos e pró-sociais são valorizados, respeitando-se as raízes culturais que nutrem o mosaico de múltiplas identidades e nações. Para tanto, os processos interativos devem adotar um paradigma cooperativo e construtivo, característico de uma dinâmica colaborativa de valorização cultural, ao invés de um paradigma dominador e destrutivo, característico de práticas de exclusão cultural. Reconhecer a nossa Humanidade em comum a partir das diversas nacionalidades, etnias e comunidades implica o reconhecimento da interdependência e da complexidade nas quais as teias culturais se elaboram, primando-se pela vivência dos valores ético-morais e dos direitos humanos.

Segundo Lederach (2011), “a construção da mudança social é a arte de ver e construir redes” (p. 96). Sob a acepção ilustrativa de teia, a cultura é entendida como uma rede interdependente de significados, sentidos e construção de aprendizagens, por meio da qual a cultura revela sua natureza dinâmica, relacional, diversa e complexa: “na construção da paz, são fundamentais os centros relacionais que seguram, criam e sustentam conexões” (p. 97).

Inspirados na perspectiva do “sistema mundo” e na valorização das raízes culturais que constituem o desenvolvimento individual e coletivo, Suliveres e Morán (2020) destacam a relevância de se trabalhar a partir de uma “paz sistêmica” (p. vi), a qual considere as realidades das nossas comunidades, povos e sociedades, e promova ambientes de justiça, liberdade, democracia e dignidade.

Em consonância com tal concepção, Morin (2019) defende que “quanto mais se acelera a tendência à mundialização, mais deveria haver um contraponto das iniciativas locais” (p. 49), devendo tais “locais” também serem “mundialmente religados” (id.). Morin (2019) destaca a necessidade de exercitarmos a legítima fraternidade, compreendida como ajuda mútua, cooperação, união e vivência solidária fundamentada no afeto, seja este resultante de relações duradouras (vínculos familiares, amizades, relações profissionais, dentre outras), seja emergente de interações provisórias (encontros, comemorações, manifestações e demais contextos casuais). O filósofo aborda a existência de uma “fraternidade aberta” (inclusiva) e de uma “fraternidade fechada” (excludente a tudo o que não seja “nós”), alertando para os riscos de isolamento e segregação que contrariam a convivência humana. Nessa perspectiva, esta última tende a fechar-se hermeticamente e desumanamente no nacionalismo, concebendo a própria nação como superior e legitimando práticas excludentes e opressoras a quaisquer

outras nações por desconsiderar a interconexão inclusiva que permeia a corresponsabilidade planetária.

Morin (2019) destaca, ainda, a relevância de ampliarmos nossa consciência de comunidade humana e identidade antropológica para reconhecer e valorizar aspectos que nos identificam enquanto Humanidade e que nos diferenciam enquanto indivíduos e nações: “[...] a unidade humana é o tesouro da diversidade humana, a diversidade humana é o tesouro da unidade humana” (p. 41).

Apesar da heterogeneidade de valores e das variações nos códigos ético-morais que podem coexistir em diferentes culturas, Branco (2021) afirma que é possível conceber exercícios de negociação que abordem aspectos locais e universais da ética e da moralidade, visto que alguns princípios básicos são fundamentais para a convivência grupal. Tais princípios universais geram “um consenso em direção à preservação da vida, no contexto dos grupos e sociedades humanas” (p. 68).

Reconhecer a diversidade das partes implica considerar a dinamicidade criativa do todo, ao tempo em que considerar a tecitura dinâmica do todo implica valorizar a riqueza singular das partes. Valorizar as realidades, escutas e iniciativas locais/regionais/nacionais—que efetivamente legitimam ações pacíficas a partir das necessárias contextualizações culturais—não implica enrijecer fronteiras de contato e convivência com as demais culturas, visto coexistirmos em processo de real interconexão e desenvolvimento. Habitando o mesmo “pálido ponto azul”¹, somos convidados à convivência fraterna não apenas como princípio ou fim, mas, especialmente, como uma experiência digna de ser vivida.

EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DE PAZ

A educação é campo privilegiado promotor do desenvolvimento humano, e a *Educação para a Paz* constitui a canalização ativa de conhecimentos, esforços e ações que investem na formação cidadã dos educandos, promovendo atitudes e ambientes compatíveis com os princípios pacíficos da convivência em suas diferentes dimensões.

Por constituírem *locus* de canalização e coconstrução cultural, as instituições educacionais assumem relevância estratégica para o desenvolvimento humano e social, investindo no *senso de cidadania* dos alunos, na sua *formação ética* e na *utilização consciente do conhecimento* em benefício da Humanidade, transcendendo a aprendizagem curricular.

Ao compreendermos o papel dos professores no processo de canalização cultural, faz-se fundamental atentarmos para as mensagens culturais expressas por meio de conteúdos, metodologias, relações, discursos, normas e estruturas, a fim de avaliar se são coerentes com os elementos promotores da Cultura de Paz.

Nesse sentido, refletir sobre os aspectos que facilitam ou dificultam a coconstrução de uma Cultura de Paz nas escolas, considerando as diferentes dimensões relacionais, tende a fomentar o desenvolvimento de caminhos práticos e eficazes, alicerçados na agencialidade dos sujeitos envolvidos. A título de ilustração, a identificação de casos de bullying, preconceito e discriminação entre estudantes pode promover ações preventivas e interventivas voltadas à valorização da diversidade e ao fomento do diálogo empático (dimensão interpessoal); a identificação de casos de baixa autoestima, negligência pessoal ou automutilação entre estudantes pode inspirar iniciativas voltadas ao desenvolvimento pessoal, ao autoconhecimento e à autovalorização (dimensão intrapessoal); e a identificação de um clima escolar tenso, inacessível ou excludente pode incentivar ações que aprimorem a organização física, estrutural e/ou comunicacional, com vistas à construção de um ambiente acolhedor e inclusivo (dimensão socioambiental).

Para atingir esse objetivo, destaca-se a importância de se proporcionar uma adequada formação inicial e continuada aos profissionais da educação, pautada em concepções e práticas que promovam a coerência entre currículos formais e vivenciados, explícitos e ocultos, a fim de favorecer a efetiva Educação para a Paz. Nessa perspectiva, reconhecemos

¹ Referência do astrônomo Carl Sagan à Terra, na fotografia tirada em 14/02/1990 pela sonda espacial Voyager 1, vista a seis bilhões de quilômetros de distância.

os espaços educativos como contextos privilegiados para coconstruções culturais, convidando a comunidade escolar a se reconhecer como potencial agente de paz, canalizando processos que promovam o desenvolvimento humano e a cidadania pacífica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo a polifonia inerente às diferentes áreas de conhecimento, os Estudos e Pesquisas para a Paz convergem vozes por meio de diálogos interdisciplinares, intercâmbios de experiências, aproximações interinstitucionais e produções científicas. Nesse caminho, pode-se promover diálogos entre perspectivas, estudos, pesquisas e esforços que fortaleçam e inspirem ações transformadoras, vivências e convivências pacíficas, das micro às macro dimensões contextuais.

O presente artigo teve como objetivo identificar relevantes articulações entre os fundamentos teóricos dos Estudos e Pesquisas para a Paz, da Psicologia Cultural e da Educação para a Paz, enfatizando os processos de coconstrução cultural associado à agencialidade do sujeito e à dinâmica de internalizações e externalizações ativas das mensagens culturais promotoras de convivência pacífica.

Ampliar concepções acerca da *cultura* permite-nos a ampliação de caminhos efetivos para sua coconstrução. Ao compreendê-la como processo (dinâmico) para além de produto (estático), transcendemos a posição de espectadores para reais agentes de sua construção, assumindo a corresponsabilidade por sua transformação. Compreender a *Cultura de Paz* sob um prisma coconstrutivo e dinâmico amplia, portanto, possibilidades de ação que transcendem medidas limitantes remediativas às violências, e favorece a canalização de ações preventivas e interventivas em prol da paz, especialmente a partir da promoção do desenvolvimento humano e social em suas múltiplas dimensões.

O processo bidirecional de coconstrução cultural entre sujeito e cultura destaca a responsabilidade dos cidadãos na promoção de culturas pacíficas inspiradas por princípios coerentes. Compreender a cultura como um campo sistêmico e processual nos permite compreender a interdependência entre os micro, meso e macro ecossistemas envolvidos na existência humana.

Em suma, esperamos que as contribuições aqui apresentadas possam inspirar a coconstrução de caminhos pacíficos para a convivência humana, fortalecendo a construção de pontes entre o conhecimento científico, os contextos culturais e as práticas educacionais promotoras de Culturas de Paz.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os profissionais e cidadãos que, inspirados pelos princípios, valores e ações que constituem a Cultura de Paz, investem esforços, conhecimentos e afetos em sua coconstrução, considerando suas diferentes dimensões.

REFERÊNCIAS

- Balestreri, R. B. A violência como paradigma e o papel anti-hegemônico dos educadores, construtores de culturas de paz. In: BALESTRERI, R. (org.). **Na inquietude da paz**. Passo Fundo: CAPEC, 2003. p. 61–96.
- Branco, A. U. Socialização, valores e desenvolvimento moral no contexto escolar. In: NEVES-PEREIRA, M. S.; BRANCO, A. U. (org.). **A Psicologia Cultural chega à escola**: desenvolvimento humano, cultura e educação. Charlotte: Information Age Publishing Inc., 2023.
- Branco, A. U. Cultura e processos afetivo-semióticos na investigação científica do desenvolvimento moral. In: MADUREIRA, A. F. A.; BIZERRIL, J. (ed.). **Psicologia e Cultura**: teoria, pesquisa e prática profissional. São Paulo: Cortez, 2021. p. 61–89.
- Branco, A. U.; Freire, S. F.; González, A. M. Ética, desenvolvimento moral e cultura democrática no contexto escolar. In: BRANCO, A. U.; OLIVEIRA, M. C. L. (ed.). **Diversidade e cultura de paz na escola**: contribuições da perspectiva sociocultural. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- Branco, A. U.; Manzini, R. G.; Palmieri, M. W. Cooperação e promoção da paz: valores e práticas sociais em contextos educativos. In: BRANCO, A. U.; OLIVEIRA, M. C. L. (ed.). **Diversidade e cultura de paz na escola**: contribuições da perspectiva sociocultural. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- Callado, C. V. **Educação para a Paz**: promovendo valores humanos na escola através da educação física e dos jogos cooperativos. São Paulo: Projeto Cooperação, 2004.

Chaudhary, N. et al. **Resistance in everyday life**: constructing cultural experiences. New York: Springer, 2017. DOI: <http://doi.org/10.1007/978-981-10-3581-4>.

Ferreira, M.; Maschietto, R. H.; Kuhlmann, P. R. **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão: Editora UFS, 2019.

Freitag, B. **Itinerários de Antígona**: a questão da moralidade. Campinas: Papirus, 1997.

Galtung, J. **Violência cultural**. Bilbao: Gernika Gogoratuz; Centro de Investigación por la Paz; Fundación Gernika Gogoratuz, 1989.

Galtung, J. **Peace by peaceful means**: peace and conflict, development and civilization. Londres: Sage, 1996.

Guimarães, M. R. Paz, reflexões em torno de um conceito. In: BALESTRERI, R. (ed.). **Na inquietude da paz**. Passo Fundo: CAPEC, 2003. p. 33-60.

Guimarães, M. R. **Educação para a paz**: sentidos e dilemas. Santa Maria: Educs, 2011.

Jares, X. **Educação para a paz**: sua teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Jares, X. **Educar para a paz em tempos difíceis**. São Paulo: Palas Athena, 2007.

Jares, X. **Pedagogia da convivência**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

Jiménez Bautista, F. Estudios para la paz: hacia una cartografía de paces. **Revista de Cultura de Paz**, v. 6, p. 1-37, 2022. DOI: <http://doi.org/10.58508/cultpaz.v6.170>.

Lederach, J. P. **Building peace**: sustainable reconciliation in divided societies. Washington: United States Institute of Peace Press, 1997.

Lederach, J. P. **A imaginação moral**: arte e alma da construção da paz. São Paulo: Palas Athena, 2011.

Lederach, J. P. **Transformação de conflitos**. São Paulo: Palas Athena, 2012.

Madureira, A. F.; Branco, A. U. As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. In: BRANCO, A. U.; OLIVEIRA, M. C. L. (ed.). **Diversidade e cultura de paz na escola**: contribuições da perspectiva sociocultural. Porto Alegre: Mediação, 2012.

Maschietto, R. H.; Ferreira, M. A. **Estudos para a paz**: perspectivas brasileiras. São Paulo: Blimunda, 2024.

Milani, F. Cidadania: construir a paz ou aceitar a violência? In: FREITAS, M. (ed.). **Cidadania mundial, a base da paz**. Brasília: Planeta Paz, 2000. p. 51-57.

Milani, F. De espectadores a protagonistas da cultura de paz. In: BALESTRERI, R. (ed.). **Na inquietude da paz**. Passo Fundo: CAPEC, 2003. p. 13-32.

Milani, F. **Violências versus cultura de paz**: a saúde e cidadania do adolescente em promoção. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

Morin, E. **Fraternidade**: para resistir à crueldade do mundo. São Paulo: Palas Athena, 2019.

Muñoz, F. **La paz imperfecta**: un universo en conflicto. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2001. (Colección Eirene, Manual de Paz y Conflictos).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz**: resolução aprovada pela Assembleia Geral em 6 de outubro de 1999, nº A/RES/53/243. São Paulo: COMITÊ PAULISTA PARA A DÉCADA DA CULTURA DE PAZ; UNESCO; PALAS ATHENA, 1999.

Salles Filho, N. A. **Cultura de Paz e Educação para a Paz**: olhares a partir da complexidade. Campinas: Papirus, 2019.

Suliveres, A. Y.; Morán, A. P. **Descolonizar la paz**: entramado de saberes, resistencias y posibilidades. San Juan: Cátedra UNESCO de Educación para la Paz; Universidad de Puerto Rico, 2020.

Valsiner, J. Prefácio. In: BRANCO, A. U.; OLIVEIRA, M. C. L. (ed.). **Diversidade e cultura de paz na escola**: contribuições da perspectiva sociocultural. Porto Alegre: Mediação, 2012.

Valsiner, J. **An invitation to cultural psychology**. Londres: Sage, 2014.

Valsiner, J. General human psychology. In: VALSINER, J. **Signs in minds**: semiotic basis for the new general psychology. New York: Springer, 2021.

Weil, P. **A arte de viver em paz**: por uma nova consciência, por uma nova educação. São Paulo: Gente, 1993.

Contribuições dos autores

MLHMD: Conceitualização, preparação visual dos dados, escrita, revisão. AUB: Escrita, revisão.

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editora Adjunta Executiva: Profa. Dra. Flavia Maria Uehara